



NÃO PINTCHA

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO DE INFORMAÇÃO E CULTURA

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AVENIDA DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA — TELEFONES: 3713/3726/3728 — BISSAU

REAJUSTAMENTO — UNIDADE NACIONAL — JUSTIÇA SOCIAL

CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO



Somos herdeiros de Cabral, e vamos retomar a sua linha, e o PAIGC, recuperado do desvio, sairá fortalecido deste Congresso para a Reconstrução, a Unidade Nacional e a Justiça Social. Somos herdeiros de Cabral! Vamos assumir essa herança. Vamos trilhar as vias da Liberdade, da Honra e da Dignidade reabertas pelo 14 de Novembro

SOMOS OS HERDEIROS DE CABRAL

Pouco passava das 9 horas. Mário Cabral, membro da Comissão Preparatória, apresentou aos 301 delegados a proposta de Presidência do Congresso, que seria aprovada por unanimidade e aclamação.

O PAIGC, Partido de Cabral, de cujo ideário somos herdeiros, com honra, orgulho e grande responsabilidade, o PAIGC, motor da Libertação dos povos da Guiné e de Cabo Verde, garante do Progresso e da Justiça na nossa Terra, entrava nos sete dias mais importantes da sua história recente.

A reunião magna do nosso Partido prosseguiu com a leitura, pelo camarada Nino Vieira, do Relatório elaborado pelo CNG.

Trata-se de uma exaustiva análise, balanço de 25 anos de luta heróica que desvios pontuais não mancharam, nunca poderão manchar, porque Cabral está vivo no coração dos melhores militantes, e a fidelidade aos princípios que ele estabeleceu impõe, sempre, a recuperação. O 14 de Novembro foi exemplo flagrante. Autêntico instrumento de estudo para todos os militantes e para o nosso povo em geral, iniciamos, nas páginas centrais desta edição, a publicação do relatório. Na última página incluímos mais noticiário sobre o I Congresso do PAIGC.

QUEREMOS QUE TUDO QUANTO CONQUISTAMOS NESTA LUTA, PERTENÇA AO NOSSO POVO, E TEMOS QUE FAZER O MÁXIMO PARA CRIAR UMA TAL ORGANIZAÇÃO QUE MESMO QUE ALGUM DE NÓS QUEIRA DESVIAR AS CONQUISTAS DA LUTA PARA OS SEUS INTERESSES, O POVO NÃO DEIXE.

Amílcar Cabral



NESTA EDIÇÃO

- O ASSASSINATO DE AMÍLCAR CABRAL (pág. - 3)
- O 14 DE NOVEMBRO REFORÇA O PRESTÍGIO DOS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO (pág. - 3)
- A CONSTANTE AFIRMAÇÃO DO PAIGC (pág. - 6)

Telecomunicações: **Maior apoio internacional**

O apoio português (Marconi, Correios, Telegráfos e Telefones, e Governo) ao nosso país no domínio das telecomunicações poderá aumentar com a assinatura de um acordo, cujo documento será submetido à reunião da Comissão Mista de Cooperação Guiné-Bissau/Portugal, marcada para Janeiro do próximo ano em Bubaque.

Esta informação foi-nos prestada pelo camarada Mussá Djassi, Secretário de Estado dos Correios e Telecomunicações, que regressou de Portugal na quarta-feira passada. O mesmo dirigente adiantou que existia já um acordo com a Marconi-CTT no domínio da assistência técnica, mas que não tem evoluído convenientemente. Entretanto, Por-

tugal deverá financiar uma parte do custo do projecto, o que poderá facilitar o andamento do acordo, cuja proposta vai ser apresentada ao Governo guineense.

Sobre a montagem de uma rede nacional de telex, outra questão que o levou a Lisboa, Mussá Djassi garantiu que os trabalhos deverão ficar prontos no primeiro semestre de 1982. O Secretário dos Correios e Telecomunicações contactou com a empresa telefónica portuguesa (TLP) sobre a vinda, ainda este ano, de 20 a 30 telimpressores e de técnicos para os montar.

Saliente-se que chegaram também na quarta-feira a Bissau, quatro técnicos da Marconi para dar apoio ao Congresso e resolver alguns

problemas com que aquela Secretaria de Estado se depara.

ASSISTÊNCIA SUECA

O camarada Mussá Djassi esteve igualmente na Suécia com o objectivo de estudar, com a Erickson, as possibilidades de uma assistência técnica às telecomunicações, depois daquela empresa ter montado as 11 centrais telefónicas nas sedes regionais, com financiamento da SIDA.

Entretanto, não se chegou a nenhum acordo quanto ao custo do trabalho dos técnicos suecos de manutenção, e também quanto a questões de infra-estruturas. As exigências da Erickson, segundo o Secretário de Estado

dos Correios e Telecomunicações, não são nada vantajosas para nós. «Além disso frisaríamos que só poderíamos fazer manutenção aos equipamentos por eles montados, e nós temos material francês e holandês», salientou.

SIMPÓSIO SOBRE TELECOMUNICAÇÕES

Representantes de países em vias de desenvolvimento reuniram-se recentemente no Brasil para tratar de assuntos referentes às telecomunicações. O camarada Mussá Djassi participou no encontro como delegado da República da Guiné-Bissau.

A sua chegada ao país, Mussá Djassi precisou que as dificul-

dades no domínio das telecomunicações são as mesmas — falta de quadros e meios financeiros para fazer face aos investimentos. Entretanto decidiu-se reforçar a cooperação no campo das telecomunicações entre países do Terceiro Mundo, na medida em que há alguns que têm grande experiência de formação e organização de serviços, e outros que produzem equipamentos aceitáveis.

Mussá Djassi sublinhou ainda que «nós, dos países em vias de desenvolvimento, temos que aproximarmos uns dos outros para diminuir a dependência em relação aos Estados desenvolvidos. A solução está nas nossas mãos» disse, a finalizar.

Mensagem de Al-Sabah

O Presidente do Conselho da Revolução, Nino Vieira, recebeu na sexta-feira à tarde, em Bissau, o embaixador do Kuwait no Senegal, senhor Mohamed Alghadiri, que esteve no nosso país durante dois dias.

Na ocasião o diplomata do Kuwait fez a entrega de uma mensagem do Emir do seu país, Jaber Alamed Al Sabah.

Embora não tenha sido anunciado o teor da mensagem, o senhor Alghadiri sublinhou que ela diz respeito ao reforço das relações de amizade entre os dois países.

● Transmissões Bissau/Dakar

«A possibilidade de transmissão de informações entre Bissau e Dakar poderá no futuro ser mais fácil» — afirmou aos órgãos de informação nacional, momentos antes de partir, o sr. Edwar de Dycer, Conselheiro da Organização Mundial da Meteorologia.

De salientar que, actualmente, a transmissão de informações entre os dois países se processa por intermédio do Sal (Cabo-Verde).

O sr. Dycer, que permaneceu em Bissau durante uma semana, seguiu na passada sexta-feira com destino à Guiné-Conakry onde desenvolverá o mesmo trabalho. Ficou ainda acordado que a OMM (Organização Mundial da Meteorologia) prestará assistência técnica no domínio da formação de quadros à Guiné-Bissau.

● Produção de coqueiros

A formação de um projecto de produção de coqueiros está na base da viagem de estudo que o engenheiro agrónomo Góia, do Ministério do Desenvolvimento Rural, iniciou no passado dia 6 a Portugal e à República Popular de Moçambique.

Em Portugal, o primeiro ponto desta visita que terá a duração de 22 dias, aquele representante do Ministério do Desenvolvimento Rural manterá contactos com uma empresa portuguesa ligada àquela actividade, continuando os contactos em Maputo na sucursal da referida empresa Portuguesa.

● Barco para as ilhas

O Governo dos Países Baixos ofereceu ao Projecto de Assistência ao Departamento de Desenvolvimento Regional do Ministério da Coordenação Económica e Plano um barco, que custou 70 mil dólares.

O pequeno barco, que foi inaugurado na sexta-feira destina-se às actividades do gabinete de planificação e promoção ao desenvolvimento em toda a região de Bolama-Bijagós, que está instalado na cidade de Bolama.

Assistiram ao acto o camarada Aboubacar Touré, director-geral das Relações Económicas Internacionais, Diógenes de Oliveira, responsável do Projecto de Desenvolvimento Regional, e o representante da cooperação holandesa no país.

Reestruturação dos estaleiros de Bissau

Partiu na manhã de quarta-feira, depois de ter permanecido cinco dias no país, uma delegação portuguesa da Setenave, chefiada pelo engenheiro Correia Maltês, que se fazia acompanhar pelo eng. Paulo Toninho.

Segundo o eng. Correia Maltês, a sessão de trabalho, em que a apresentação Guineense

coube ao director-geral da Indústria, engenheiro Afonseca, esteve na base da proposta de um estudo de financiamento para a reestruturação do E.N.G.B. (Estaleiros Navais da Guiné-Bissau), e ainda de uma segunda proposta de Assistência Técnica Intercalar aos Estaleiros, a fim de preparar condições mínimas pa-

ra o seu relançamento.

«Contamos que este novo contacto seja o início do renascimento dos Estaleiros, tanto mais que contamos com financiamentos internacionais para o projecto» — acrescentou o eng. Correia Maltês, na sua declaração ao Nô Pintcha.

A delegação portuguesa da Setenave foi

recebida em audiência pelo Ministro da Energia, Indústria e Recursos Naturais, camarada Samba Lamine Mané.

As conversações terminaram com a assinatura de um protocolo em que se atingiu um acordo quase completo, e em que as duas delegações manifestaram a esperança de ultrapassar brevemente os últimos obstáculos.

Quinara saúda início das colheitas

As populações de Quinara e arredores manifestaram-se em frente ao edifício do Comité de Estado da região em saudação ao início das colheitas.

No acto, a que assistiu o responsável máximo da região, camarada Quemo Mané, os populares, em traje de festa e com instrumentos musicais, saudaram o Conselho da Revolução e o seu Presidente, Nino Vieira, pelas providências dadas na aquisição de produtos de primeira necessidade para a população, num período de crise alimentar (época das chuvas).

Conferência da Cruz Vermelha

O camarada Augusto Pereira, secretário-geral da Cruz Vermelha da Guiné-Bissau, representa o nosso país na 24.ª Conferência Internacional da Cruz Vermelha que se iniciou ontem, sábado, em Manilla (Filipinas), devendo

prolongar-se até ao próximo dia 14.

A conferência do órgão máximo da Cruz Vermelha tratará de problemas respeitantes à protecção, à organização, saúde e à cooperação entre os países filiados na Cruz Vermelha In-

ternacional. Segundo o delegado guineense, interessam-nos bastante os problemas que se referem à organização, na medida em que a nossa Cruz Vermelha tem grandes dificuldades neste aspecto, até porque foi criada muito recentemente.

Vasco Cabral regressa da Europa

O camarada Vasco Cabral, membro do CEL do Partido e Ministro da Coordenação Económica e Plano, esteve em Bruxelas, onde participou numa reunião com o Comissário Político da Comissão Económica Europeia, no quadro da Convenção de Lomé 2 (ACP-CEE).

Após este encontro, o dr. Vasco Cabral avistou-se com altos funcionários da CEE para uma

análise aos problemas da cooperação entre aquele organismo europeu e a Guiné-Bissau.

Após a Bélgica, o Ministro da CEP esteve em Paris, onde, na qualidade de observador, representou a Guiné-Bissau na Cimeira Franco-Africana, na qual se discutiram vários problemas da actualidade política e económica da África, particularmente a presença

militar Líbia no Tchad, a independência da Namíbia e a Nova Ordem Económica Mundial.

O Ministro Vasco Cabral deslocou-se ainda à Holanda, tendo-se avistado com o Chefe da Diplomacia daquele país, a quem reafirmou o desejo do nosso Governo de consolidar os laços de amizade e de cooperação com o Governo e povo holandeses.

Vamos reestruturar o nosso Partido - o PAIGC (2)

O assassinato de Cabral

Por Fidélis Almacá - Membro do CSL do Partido

Minimizando o Partido como organização, os colonialistas portugueses pensaram que, eliminando Cabral, poriam termo à luta de libertação nacional na então colónia da Guiné. Por isso, organizaram o seu plano que havia de ser executado pelos seus servidores africanos. Após a consecução desse abominável crime, os conspiradores foram ouvidos tanto pela Comissão Internacional de Inquérito organizada pela República da Guiné, como pela Comissão Nacional de Inquérito instalada pelo PAIGC. Eis o teor das declarações prestadas pelos assassinos de AMILCAR CABRAL:

Face às vitórias cada vez mais brilhantes do PAIGC tanto no interior como no campo internacional, os colonialistas portugueses elaboraram o seu plano e resolveram contactar secretamente alguns dos antigos membros do Partido em Bissau a quem expuseram com toda a clareza os seguintes factos:

1. Portugal está disposto a negociar a independência da Guiné mas jamais cederia no que diz respeito a Cabo Verde. Aquele país pretende e deve conservar as ilhas porque:

a) Os caboverdianos sobretudo os da origem europeia, não querem a independência, pois preferem continuar a ser portugueses até porque os seus interesses económicos se encontram estreitamente ligados aos dos portugueses em Portugal. Daí que, até hoje, nunca apareceram movimentos da independência em Cabo Verde, salvo o PAIGC que, fora do País, grita em vão por essa independência.

b) As ilhas de Cabo Verde constituem um ponto estratégico da primeira ordem que Portugal e seus aliados não estão dispostos a perder a favor dos países comunistas.

2. A julgar pelo apoio político do PAIGC no campo internacional e devido ainda às pressões militares cada vez mais fortes como resultado do armamento comunista cada vez mais moderno aplicado na guerra, esse Partido pode a todo o momento forçar as portas da capital, Bissau. Ora Portugal não está disposto a sacrificar por mais tempo os seus filhos na luta pela defesa da Guiné contra os comunistas. São os africanos que o devem fazer. Para esse efeito os portugueses já criaram os «comandos africanos». Mas os políticos africanos que querem defender os «verdadeiros» interesses da Guiné devem agir imediatamente para evitar que o PAIGC e os comunistas tomem conta do país.

Foi elaborado então o seguinte plano:

PRIMEIRA FASE

Com a aprovação desses antigos militantes e

responsáveis do Partido em Bissau, Spínola criou secretamente um Partido formado exclusivamente de guineenses ao qual foi dado o nome de FRENTE UNIDA DE LIBERTAÇÃO (FUL). Foi escolhida na oportunidade a Direcção desse Partido constituída por Rafael Barbosa (Presidente), Momo Turé, Nicolau Martins (o deputado), e outros. Uma ramificação do mesmo Partido foi instalada em Senegal com o nome de FRENTE NACIONAL DE LIBERTAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU (FNLGB) dirigida por François Mendy em Dakar e Malam Camará em Ziguinchor.

A tarefa principal e imediata desse Partido e suas ramificações em Senegal é destruir o PAIGC de acordo com o plano estabelecido pelas autoridades portuguesas que se comprometeram a fornecer todos os meios necessários à sua realização.

No momento oportuno decidiram enviar para Conakry os espíões em preparação desde 1966. Houve uma rigorosa distribuição de tarefas conforme a personalidade de cada um.

a) Aristides Barbosa - o início da sua preparação como agente especial data de 1966. Nela tomaram parte vários especialistas que utilizaram métodos diferentes que vão desde reflexos condicionados com música, até à utilização de morfina, passando pela leitura de livros e jornais especializados. Foi escolhido porque contava no seu activo com 7 anos de cadeia colonialista. Antigo militante simples, a sua missão devia ser proporcional à modesta influência de que gozava no Partido. Por isso, foi-lhe atribuída uma tarefa específica: desorganizar os militantes em Conakry; minar a confiança entre a Direcção e a base utilizando para isso todos os elementos colhidos nas conversações; agravar as contradições por meio da aplicação e propagação de pequenos descontentamentos próprios da vida corrente nas cidades. Tudo isso com vista a quebrar a unidade entre os guineenses e caboverdianos. O lugar escolhido foi Conakry por ser uma cidade onde os descontentamentos são sempre proporcionais às ambições e necessidades que nunca faltam.

Vinha com instruções formais de recusar qualquer proposta da Direcção no sentido de aproveitar bolsa de estudo ou trabalhar fora de Conakry. Não devia requisitar fosse o que fosse enquanto trabalhava em Conakry. Na altura em que visse que conseguira criar muitos descontentes e as contradições estivessem suficientemente agravadas, dava por concluído o seu trabalho. Nes-

sa altura devia pedir uma licença para ir visitar uma prima em Ziguinchor. Naquela cidade faria então uma requisição no valor de 25 mil CFA, a primeira depois de um ano de trabalho. A Direcção do Partido não podia negar esse dinheiro a um militante que nunca fizera requisição. Uma vez na posse desse dinheiro para garantir a sua alienação devia declarar-se contra o PAIGC enquanto aguardava a «ligação» que o transportaria a Bissau onde uma casa mobilada e a licença de exploração de táxi na cidade o aguardavam como preço da sua traição. Segundo a sua própria previsão devia seguir em Novembro de 1972. Mas antes foi descoberto e preso.

b) Momo Turé - antigo responsável do Partido que, segundo as volumosas informações recolhidas pelos colonialistas, continuava a gozar de grande prestígio no Partido. Levou-se em conta o facto de ele ter estado na cadeia durante sete anos, podendo agora apresentar-se no seio do Partido como um herói. Foram estudadas todas as declarações do Partido referentes aos sofrimentos a que o «grande» militante Momo Turé estaria a ser submetido pelos colonialistas portugueses. Tudo isso deixava prever que Momo Turé seria recebido com todo o entusiasmo ao apresentar-se de novo no Partido, facto que facilitaria grandemente a missão que lhe fora incumbida. Homem de acção e chefe da equipa subversiva Momo Turé devia não só organizar a conspiração mas também liderar os acontecimentos após a liquidação da Direcção do Partido. Devia aproveitar a sua influência no Partido para contactar e tentar mobilizar os mais altos responsáveis, especialmente os descontentes; lançando guineenses contra caboverdianos, devia apresentar-se como «Messias» defensor dos primeiros, atacando directamente a política do Secretário-Geral. A sua missão incluía igualmente a defesa intransigente do Rafael Barbosa que a todo o custo devia ser reabilitado.

c) Um grupo de espíões da categoria de Mamad Saido Baldé devia ser enviado, como foi, pouco tempo antes do golpe a fim de dar não forte ao Momo e sua gente ao lado de Malam Nanco, Bassiro Turé etc.

d) Entretanto, em Conakry deviam espalhar boatos entre os cidadãos da República de que havia muita coisa que ia mal no Partido. Preparavam-se assim as condições para uma sondagem no sentido do reconhecimento da nova Direcção por parte das autoridades daquele país.

e) Na sequência dessa preparação da opinião pública, para o golpe, os colonialistas deviam, por sua parte, insistir pela rádio nas «grandes divergências» que teriam existido na Direcção do PAIGC.

Porta-voz do C. R. à Anop: 14 de Novembro prestigia Movimentos de Libertação

«A continuidade do nome de Cabo Verde na designação do Partido adaptado à dimensão nacional é de certa maneira uma preservação histórica e é a vontade do nosso povo» - afirmou o camarada Mário Cabral, porta-voz do Conselho da Revolução numa entrevista concedida no passado dia 2 ao delegado da ANOP (Agência Noticiosa Portuguesa) em Bissau.

Instado a pronunciar-se sobre as declarações feitas recentemente na capital portuguesa por Corsino Fortes, por-

ta-voz oficial do Governo de Cabo Verde, que considerou uma ingerência nos assuntos internos daquele país a manutenção da sigla do Partido, Mário Cabral frisou que «Cabo Verde é um país soberano, senhor do seu destino, mas nós também somos senhores do nosso destino. Aqui, na Guiné-Bissau quem decide somos nós, tendo em conta os verdadeiros interesses e os desejos do nosso povo».

«Nós não queremos de maneira nenhuma interferir nos assuntos de um país soberano,

como também não aceitamos que ninguém interfira nos nossos próprios assuntos», acrescentou o porta-voz do C.R. Ainda sobre o mesmo assunto, Mário Cabral disse que a continuidade do PAIGC, com o mesmo nome e como Partido único, tem plena justificação porque «só ele é que lutou e obteve a independência política e trabalhou pela independência económica da Guiné e Cabo Verde». «O PAIGC foi criado aqui. A maior parte dos seus militantes são guineenses, a trajectória da luta fez-

se principalmente aqui e o nosso povo pronunciou-se sem margem para dúvidas de que quer o PAIGC», sublinhou o camarada Ministro Mário Cabral.

«A Guiné-Bissau não quer impôr nada a Cabo Verde, quer reatar as relações de Estado para Estado e continua a manter a disponibilidade para um diálogo e uma discussão dos nossos problemas, no respeito da soberania de cada um e pela defesa dos interesses e das conquistas do nosso povo», disse Mário Cabral.

Acerca do PAICV, o porta-voz do C.R. afirmou que é um partido novo com o qual poderemos mais tarde ter algumas relações, mas é preciso que haja pelo menos a vontade política e é isso que parece que não existe, por enquanto, da parte de Cabo Verde.

Mário Cabral acrescentou que até agora não se registaram resultados palpáveis de todas as diligências feitas pelo Presidente do Conselho Nacional da Guiné e do C.R. no sen-

tido de demover o camarada Aristides Pereira das suas posições relativamente ao 14 de Novembro.

«O Movimento do 14 de Novembro contribuiu para reforçar o prestígio dos Movimentos de Libertação porque provou que, em todo o momento, o Partido é capaz de se regenerar e de se recompor para reassumir a sua responsabilidade histórica e de retomar o seu caminho» - afirmou, a concluir, o camarada Mário Cabral.

Relatório do CNG ao 1.º Congresso Extraordinário

Ao inaugurarmos este Congresso Extraordinário do PAIGC, é com particular satisfação que registamos a presença da totalidade dos delegados eleitos em diferentes escalões das estruturas partidárias para participarem neste fórum supremo do nosso glorioso Partido, facto que revela um alto espírito de militância e de consciência política.

É com a clara consciência da nossa actual situação política, económica e social que estamos aqui reunidos neste momento tão solene e de transcendente significado da nossa vida e da nossa luta, para, em conjunto, analisarmos pormenorizadamente a vida do nosso Partido e encontrarmos soluções mais justas sobre o futuro da nossa Organização.

Convocado sob o lema «CONGRESSO DO REAJUSTAMENTO PARA A UNIDADE NACIONAL E A JUSTIÇA SOCIAL», estamos persuadidos de que esta nossa histórica reunião saberá encontrar as mais adequadas e objectivas respostas às nossas preocupações, de modo a permitir traçar novas orientações tendentes a repôr o Partido no seu devido lugar e a conferir-lhe o seu verdadeiro papel de força política dirigente da Sociedade, na base da estrita observância dos seus princípios.

Impõe-se conhecer, pois, as razões que levaram o Conselho Nacional da Guiné a convocar este Congresso Extraordinário, quando em Setembro deste mesmo ano, devia ter lugar o IV Congresso Ordinário do nosso Partido.

Antes, porém, seja-me permitido saudar calorosamente os membros do Governo, o corpo diplomático, os delegados e convidados e exprimir a todos os nossos agradecimentos pela sua honrosa presença neste momento tão decisivo da nossa vida.

CAPÍTULO I

ANTECEDENTES DO CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO

1. RAZÕES DA CONVOCATÓRIA DO 1.º CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO

Após o glorioso acontecimento do 14 de Novembro, levado a cabo com a finalidade de sanear a situação política, económica e social que existia na Guiné-Bissau, a atitude incompreensível e intransigente do então Secretário-Geral do Partido e da ala caboverdiana, tornou impossível o estabelecimento de um diálogo construtivo que levasse a uma solução dos problemas no quadro dos órgãos superiores do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC).

Tal atitude levou de facto à inoperatividade, diariam melhor, liquidação das estruturas supra-nacionais do PAIGC, Conselho Superior da Luta (CSL), Comité Executivo da Luta (CEL), Comissão Permanente (CP). Nestas condições só um Congresso extraordinário do Partido poderá repor essas estruturas, necessariamente renovadas, em funcionamento.

No entanto, a criação do Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV) veio dar o golpe de graça às esperanças ainda existentes de continuar com o Partido de Cabral num quadro unitário em que fossem de facto cumpridos os princípios que nos legou o fundador da nacionalidade e em que o Programa do Partido tivesse a sua cabal realização.

Perante tal situação, e fazendo uma análise lúcida e serena do contexto político guineense, o Conselho Nacional da Guiné (CNG), fiel à linha traçada por Cabral, decide convocar um Congresso Extraordinário do PAIGC no sentido de levar à massa dos militantes e ao mais alto nível dos seus representantes democraticamente eleitos pelas conferências Regionais do Partido, a discussão de todos os problemas da vida partidária.

Também é necessário que o Congresso se pronuncie sobre a transformação inevitável do PAIGC num Partido nacional, estruturado de acordo com a nova realidade política do País, e eleja os órgãos dirigentes onde, estamos certos, figurarão os melhores fi-

lhos do nosso povo, aqueles que em cada momento souberam defender os interesses das grandes massas trabalhadoras, enfim aqueles que se podem orgulhar de serem os herdeiros e continuadores da obra imortal de Amílcar Cabral.

É nossa convicção de que os militantes aqui congregados, com a consciência clara dos fundamentos político-ideológicos do Partido e dos seus grandes objectivos programáticos, saberão levá-los à prática, através de um cumprimento estrito e constante dos princípios de organização e funcionamento do Partido, com a abnegação e espírito de sacrifício que caracterizou e caracteriza os nossos combatentes, para que o PAIGC renovado e reestruturado, depois e como consequência da acção heróica do 14 de Novembro, continue a ser o mesmo Partido por que deram a vida os nossos heróis e mártires.

CAPÍTULO II

2. DA FUNDAÇÃO DO PARTIDO AO 14 DE NOVEMBRO

O PAIGC nasce como uma necessidade histórica de reunir sob a sua bandeira as diferentes camadas das populações guineense e caboverdiana, constituindo-se no instrumento fundamental da unidade dos nossos povos no combate às forças de repressão colonial.

No período que se segue à Segunda Guerra Mundial e em consequência da vitoriosa Revolução de Outubro que cria o campo socialista, aliado natural dos povos oprimidos, os povos africanos entram em franca efervescência nacionalista, geradora dos movimentos de libertação.

Por todo o lado, no interior dos nossos países ou nas capitais europeias, o sonho da independência invade as mentes dos fundadores do Movimento Libertador Africano.

Aqui e ali formam-se grupos de patriotas que, através de reflexões e de sínteses cada vez mais elaboradas, galvanizam e ganham as massas laboriosas das nossas terras para a ideia de independência.

Começam a aparecer no nosso continente destacadas figuras do combate libertador como Kwame N'Krumah e outros que desafiam os colonialistas e conquistam a independência dos respectivos países através de acções político-parlamentares de invulgar envergadura.

Nas então colónias portuguesas, mantem-se uma quietude aparente, apenas perturbada pelo aparecimento de algumas actividades nacionalistas revestindo especialmente a forma de movimentos literários de vanguarda, com carácter mais ou menos clandestino que apelam para o esforço da consciência nacional e para a libertação.

É no entanto em Lisboa, capital do império colonial, que um grupo de estudantes provenientes de diferentes colónias se encontram e se organizam com o propósito de lutar pela libertação das suas terras. Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Eduardo Mondlane, entre outros, destacam-se na acção política de formação ideológica e na «reafricanização dos espíritos».

Terminados os seus estudos, Amílcar Cabral, regressa ao país que o vira nascer, a que daria posteriormente o nome de Guiné-Bissau para continuar, agora no terreno, a acção que vinha preparando ao longo dos últimos anos com os seus companheiros, continuando a manter com eles contactos regulares.

Em Bissau, a onda de nacionalismo ganha igualmente alguns adeptos. Amílcar Cabral penetra nesses meios, participa em análises e tem uma intervenção inédita e criadora ao abordar e mobilizar alguns nacionalistas para a ideia de acção conjunta, no quadro da unidade Guiné/Cabo Verde.

Pensador profundo e estudioso atento das experiências operadas noutros contextos sócio-políticos, Amílcar Cabral, profissional de reconhecida competência, utiliza a sua função para realizar o primeiro inquérito agrícola que lhe permitiu estudar também

a estrutura social dos povos da Guiné. Esse trabalho constituiria mais tarde um manual para todos aqueles que pretendem fazer uma acção que queira responder à organização sócio-económica e político-cultural do nosso povo, condição «sine qua non» para a criação duma organização de luta dinâmica e combativa contra o retrógrado colonialismo português.

O PAIGC fundado a 19 de Setembro de 1956 nacionalistas guineenses e caboverdianos representa a continuidade da tradição de luta heróica e de resistência dos povos da Guiné e de Cabo Verde.

O nosso Partido, conhecedor das experiências anteriores de lutas isoladas de cada um dos nossos povos contra a dominação colonial, das suas vitórias e seus insucessos, mobiliza-os para a ideia de unidade única via capaz de poder combater vitoriosamente a presença colonial.

O nosso Partido surge pois como uma necessidade de unir os nossos povos numa sólida organização abrangendo todos os cidadãos honestos que viessem dispostos a lutar para a conquista da independência.

O PAIGC, à semelhança do que acontecera nas colónias francesas e inglesas, começou por mobilizar as populações urbanas para, através de reivindicações de carácter económico-social, desestabilizar o poder colonial levando-o a aceitar as negociações que desembocariam naturalmente na independência nacional.

A sangrenta repressão que se abate sobre a primeira manifestação organizada da consciência nacional das massas trabalhadoras da Guiné», fazendo de 50 mortos entre os trabalhadores do cais de djiguiti e marinheiros dos barcos de cabotagem, de Agosto de 1959, vai provocar profundas modificações no Partido. Tomando consciência da ineficácia de uma estratégia de luta pacífica contra o colonialismo português, os principais quadros do PAIGC, reunidos numa conferência presidida por Cabral, tomam a histórica decisão de mudar o centro de gravidade da luta, da cidade para o campo, preparando-se para mobilizar as grandes massas da nossa população numa longa luta de libertação nacional, armada se necessário.

Levada à prática de forma consequente, os quadros do PAIGC, «invadem os matos» da Guiné dando prova de um espírito de sacrifício e heroísmo nunca vistos no nosso país, mobilizam em pouco de dois anos, grande parte das populações rurais para a luta armada de libertação nacional, após o fracasso de todas as tentativas de conquistar a independência pela via pacífica.

No dia 23 de Janeiro de 1963 leva-se a cabo a primeira acção militar contra o quartel colonial de Tite, e a luta alastra-se rapidamente por toda a região ao Sul de Geba e pelo centro-norte do país (Morés). Em pouco tempo, vastas zonas do país ficam arrebatadas ao controlo do estado colonial.

Com a existência das primeiras Regiões Libertadas e sua consequente organização, começam a ficar-se importantes desvios da linha política e ideológica do Partido, por parte de certos responsáveis em algumas áreas, que utilizando o poder das armas transformam-se em «régulos» submetendo as populações a uma opressão insustentável que acabaria por comprometer toda a luta e aniquilar o Partido e as massas. Tais desvios na linha de orientação da evolução social duma sociedade horizontal para a sua hierarquização era a tendência normal. A orientação correspondia no entanto a um retrocesso se tivermos em conta as conquistas já alcançadas pelo PAIGC na mobilização e politização dessas massas. Tendo em conta um processo económico e social mais avançado do que o que vivemos.

No I Congresso do PAIGC em Cassacá, são raramente reprimidos tais desvios, e o Partido faz voltar, no caminho do progresso e da justiça social, a sociedade nova que se gerava nas Regiões Libertadas.

Entretanto a luta continua, as Regiões Libertadas alargam-se, organizam-se cada vez melhor, em todos os domínios, político, social, cultural, administrativo.

do PAIGC Ordinário (1)

judicial e outros, e a Guiné transforma-se praticamente num Estado soberano com uma parte do seu território ocupado por forças estrangeiras.

É então que o CSL de 1971 decide convocar eleições nas Regiões libertadas, para escolher os representantes populares à I Assembleia Nacional da história do nosso povo, e que teria como objectivo primeiro a proclamação da existência «de jure» do Estado da Guiné-Bissau, já existente «de facto».

As eleições realizam-se no decurso de 1972, enquanto que o colonialismo português, derrotado em todas as frentes (militar, política, diplomática), entra em pânico e busca soluções desesperadas para aniquilar a nossa Resistência. É assim que a 20 de Janeiro de 1973, numa vã tentativa de fazer parar a nossa luta os colonialistas perpetraram o bárbaro assassinato de uma das maiores figuras políticas do nosso tempo — O NOSSO saudoso Secretário-Geral, Camarada Amílcar Cabral. Porém, os nossos combatentes, unidos no seio do Partido, batem-se ainda com mais coragem e empreendem acções decisivas que culminam com a derrota completa do colonialismo na nossa terra.

O II Congresso do PAIGC reunido no Leste do país em Julho de 1973 constitui um marco importante na vida do Partido e no avanço da luta, já que desaparecido fisicamente o nosso líder e fundador, os dirigentes e militantes aí reunidos, souberam traçar uma estratégia justa para o prosseguimento da luta.

Reunida no Bcê, a 24 de Setembro de 1973, a Primeira Assembleia Nacional Popular proclama o Estado da Guiné-Bissau, que em poucos meses é reconhecido por mais de $\frac{2}{3}$ dos países independentes do mundo, o que constitui sem dúvida uma das maiores provas do prestígio internacional grangeado pelo PAIGC graças à heróica e conseqüente luta de libertação nacional por ele conduzida.

A INDEPENDÊNCIA

O PAIGC chega à libertação total da Guiné-Bissau (Outubro de 1974) dotado de uma grande vitalidade e dinamismo, gozando de um enorme prestígio e popularidade indiscutíveis, tanto no interior como no exterior do país, e de um apoio incondicional das massas populares.

O PAIGC é então uma organização forte e bem estruturada, com todos os seus órgãos funcionando em pleno, da base ao topo, enquadrado por militantes experientes e abnegados que levaram a cabo a árdua tarefa de expulsar o colonialismo da nossa terra, ao fim de onze anos de luta armada. Se é certo que após a proclamação do Estado em Setembro de 1973, se tivessem criado algumas estruturas estatais, a verdade é que a luta armada e o contínuo aperfeiçoamento da organização político-social e económica das Regiões Libertadas continuavam a absorver as energias da totalidade dos militantes do Partido cujo trabalho político e ideológico no seio das massas não arrefeceu, pelo contrário, cobrou novas energias com a perspectiva iminente da vitória total do nosso povo.

Nas Regiões Libertadas, a direcção dos assuntos político-administrativos competia e era levada a cabo pelos Comitês do Partido a todos os níveis; a população era auto-suficiente do ponto de vista alimentar; o seu abastecimento em bens de primeira necessidade importados era feito pelos Armazéns do Povo, a partir da ajuda externa recebida pelo Partido; as estruturas judiciais, sanitárias, educacionais, etc. estavam implantadas e funcionavam sem problemas de maior.

Com a libertação total, e conseqüente retirada do poder colonial, era necessário implantar as nossas próprias estruturas político-administrativas em todo o país, e criar um estado moderno e relativamente centralizado, para fazer face aos novos problemas que se punham — comércio de importação e exportação, actividades bancárias, impostos, finanças, transportes, abastecimentos, telecomunicações, etc., etc.

Face a esta situação, o Partido teve que colocar um grande número dos seus quadros à testa dos organismos estatais criados. Apesar de que o Estado é um instrumento criado pelo Partido para o cumprimento do seu programa, aconteceu que as tarefas do Estado foram adquirindo primazia sobre as actividades partidárias, e os militantes do Partido à cabeça daquele foram-se alheando cada vez mais do trabalho partidário com a conseqüente degradação da situação política e o aparecimento de tendências tecnocráticas entre os responsáveis do Estado.

Deste facto, resultou o enfraquecimento constante do trabalho político-ideológico, no seio do Partido e das massas, que teve as seguintes conseqüências principais:

— As massas populares não sendo mobilizadas e enquadradas para os objectivos da Reconstrução Nacional e continuamente postas à prova pelas carências normais do período em que vivemos, estavam-se a afastar progressivamente do Partido;

— O aparecimento em alguns militantes do vazio ideológico, falta de rigor, irresponsabilidade, negligência, amiguismo, nepotismo, etc.

— O mau funcionamento ou o não funcionamento das estruturas intermédias e de base do Partido que possibilitou o facto de pequenos grupos deterem o poder político e lhes deu a capacidade de agirem a seu belo prazer, fugindo à observância dos princípios do Partido e ao não cumprimento do Programa e das decisões dos órgãos dirigentes;

— O aumento sensível de repressão, já que o Poder só governa através de uma organização que mobilize e enquadre as massas para determinados objectivos cu pela repressão, na ausência da condição precedente.

Como não havia mobilização de massas passa-se a assistir a uma repressão cada vez maior, culminando com prisões arbitrarias e liquidação física dos acusados sem julgamento prévio. Todas essas medidas sangrentas foram tomadas em absoluto sigilo, com conhecimento apenas do grupo restrito de Luiz Cabral.

As «valas comuns», descobertas após o 14 de Novembro, são o testemunho vivo dos massacres perpetrados para a preservação desse poder autocrático.

É evidente que neste estado de coisas as reacções em cadeia se precipitam agravando-se cada vez mais a situação do Partido e do País em geral.

Com efeito, o não funcionamento dos organismos de base e intermédios do Partido corta a comunicação entre a Direcção e as bases, e portanto também entre a Direcção e as massas, das quais o PAIGC se afirma único e legítimo defensor. Em conseqüência, deixa também de haver qualquer controle da Direcção pelas bases que a elegeram e que é condição necessária para uma democracia verdadeira no seio do Partido. Por outro lado, se as bases não funcionam, o Partido perde inevitavelmente a sua capacidade de mobilizar e enquadrar as massas para o cumprimento do seu programa. Ora, é esse papel de mobilizador e enquadrador das massas para a defesa dos interesses destas, consubstanciados no seu programa, que faz com que o Partido seja a força política dirigente da sociedade.

Tudo isto acrescido do não respeito pelos princípios de organização e funcionamento, da aplicação de métodos anti-democráticos de direcção, do monopólio do poder pelo grupo restrito de Luiz Cabral, provoca o gradual esvaziamento político-ideológico da organização que entra em crise caminhando para a sua destruição.

Havia no entanto a consciência dos perigos que representava a existência de uma tal situação, como se pode constatar pelo relatório do III Congresso e pelo relatório do CSL de Junho de 1980, sem que as medidas preconizadas, naquelas ocasiões para o saneamento do Partido e da nossa política em geral, fossem postas em prática, continuando assim a aprofundar-se a crise em que se debatia o Partido.

Nestas condições, o Estado, criado pelo Partido e

«teoricamente» dirigido por este, teria também que enfermar dos mesmos vícios e desvios.

Do III Congresso saíram decisões notáveis que traçam uma linha de orientação clara e lúcida quanto ao desenvolvimento da nossa sociedade nos domínios económico, social e cultural. Todavia, o não funcionamento das estruturas partidárias com a conseqüente ausência de controle, a manipulação das esferas de decisão, pelo grupo restrito de Luiz Cabral e o «apolitismo» de certos responsáveis, a corrupção, a tolerância face aos erros, o amiguismo etc, fizeram com que essa linha justa de desenvolvimento não fosse seguida nos seus aspectos fundamentais, conduzindo o país, não só à crise política, mas também à crise económica e social.

Com efeito, a política económica e social, praticada pelo Estado nos últimos anos, ao não respeitar as decisões emanadas do III Congresso, não só não levou a cabo o cumprimento do Programa do Partido, seu objectivo principal, mas também conduziu o país a uma situação catastrófica, contribuindo assim para um maior alheamento dos militantes e das massas populares em relação ao PAIGC. Os efeitos nefastos dessa política podem-se resumir assim:

— Devido ao prestígio alcançado pelo Partido durante a nossa gloriosa luta armada de libertação nacional, o nosso País beneficiou de uma importante ajuda externa, que no entanto não teve sobre a nossa economia os efeitos multiplicadores que era lícito esperar. Isso fundamentalmente porque se levou a cabo uma política de investimentos completamente distorcida, que não privilegiou o sector primário, contrariamente às decisões do III Congresso que estabeleciam a prioridade absoluta para aquele sector. A nossa capacidade de investimento, foi canalizada muitas vezes para projectos de prestígio ou projectos industriais de rentabilidade duvidosa, tais como o do Complexo agro-industrial de Cumeré, a linha de montagem de veículos «Citroen» e a construção da auto-estrada Bissau-Bissalanca. Além disso, foi decidida de um modo autocrático a realização de inúmeros projectos sem os devidos estudos de rentabilidade económico-financeira e sem se respeitar o processo previamente estabelecido e necessário para a sua aprovação final e algumas vezes com o desconhecimento, e outras, até com a opção de organismos competentes que analisaram o seu impacto negativo na nossa economia nacional.

Algumas decisões incorrectas também tiveram como conseqüência o crescente endividamento externo do nosso país sem que com isso se tivesse podido aumentar as nossas produções e conduziram gradualmente a uma situação de insolvência que poderia ter posto em causa certos financiamentos externos necessários ao nosso desenvolvimento.

As carências permanentes de divisas, agravadas pelo aumento dos preços do petróleo e pela deterioração dos termos de troca, levam à ruptura quase permanente dos stocks de bens de primeira necessidade, o que tem implicações desastrosas na dinamização da produção agrícola. Com o agravamento do déficit e já alto da balança comercial, as possibilidades de importação de bens de consumo são escassas, as receitas do Estado através dos impostos indirectos (os mais importantes quantitativamente) diminuem sensivelmente, e as conseqüências directas dessa situação são um orçamento de funcionamento cronicamente deficitário em mais de 40%, uma elevada taxa de inflação e o aparecimento de um mercado negro importante, extremamente prejudicial à vida económica do País.

A agravar este panorama podemos acrescentar a falta de rigor na condução dos assuntos do Estado, a má gestão e desvio de fundos em alguns sectores importantes da vida económica nacional, nomeadamente no comércio e na indústria.

No plano social, e em conseqüência da crise económica, a insuficiência ou por vezes a grave carência de bens de primeira necessidade, aliada ao aumento constante do custo de vida, a uma política salarial inadequada e à relativa fraqueza das nossas instituições nos domínios da educação, da saúde, dos assuntos sociais, etc., geravam tensões sociais de conseqüências imprevisíveis ou dificilmente controláveis. Por outro lado, o desequilíbrio entre o campo e a cidade, contra o qual não se combateu eficazmente, continua a provocar o êxodo da população rural para os centros urbanos, aumentando ainda mais o número de indivíduos improdutivos nesses mesmos centros. As conseqüências perniciosas desse êxodo são duplas. Em primeiro lugar, o mundo rural perde força de trabalho; em segundo lugar, esses indivíduos, normalmente sem qualquer qualificação, pouco ou nada produzem nos centros urbanos, mas têm que consumir, levando assim a um recrudescimento sensível da delinquência e de outros males sociais.

De Cassacá ao Congresso Extraordinário

A constante afirmação do PAIGC

O PAIGC, o glorioso Partido de Cabral, vive horas de extrema importância. O Congresso Extraordinário, hoje formalmente aberto pela intervenção do Camarada Presidente do Conselho Nacional da Guiné do Partido, vai proceder à necessária adequação das estruturas organizativas, imposta pela situação resultante da cisão da ala caboverdiana.

Paralelamente, reformular-se-á a tática a adoptar, visando a fuga ao subdesenvolvimento e a edificação da sociedade justa e isenta de exploração do homem pelo homem.

Mais do que isso, traça-se de recolocar, definitivamente, o PAIGC na linha de Cabral, o mesmo é dizer, levá-lo, muito simplesmente, a abandonar o papel que abandonara: servir exclusivamente os interesses do nosso povo.

Esta é, afinal, a quarta vez que se desenrola uma reunião magna do Partido. Fazemos um pouco de história e recordamos, ousando uma breve análise, as condições que rodearam os restantes Congressos, a importância e o reflexo das decisões que deles saíram. Conferiremos especial destaque ao III Congresso, que será tratado à parte. Parece-nos lógico, não só pela sua maior proximidade no tempo, mas principalmente pelo facto de abandono das vias aí traçadas e a fuga aos compromissos de actualização então assumidos terem influído, de maneira clara, na situação que levou ao 14 de Novembro.

CASSACÁ — A LIMPEZA NECESSÁRIA

Foi na povoação de Cassacá, na Zona Libertada de Quitáfine, que de 13 a 17 de Fevereiro de 1964 se reuniram, chamados por Amílcar Cabral, militantes e quadros políticos e militares vindos de todas as regiões do país.

Realizava-se o I Congresso do PAIGC. As discussões eram constantemente perturbadas pelo troar das bombas e pelo silvo medonho dos jactos. A escassos quilómetros, na Ilha de Como, os nossos heróicos guerrilheiros, com o

esboço da Sociedade Nova pela qual luta o PAIGC.

BOÉ — UM PROCESSO LÓGICO

A 18 de Julho de 1973 reuniu-se, no Boé, o II Congresso, sob o lema «Unidade, Luta e Vigilância», cujos trabalhos se estenderam por 5 dias.

A sua mais importante resolução foi, sem dúvida, a convocação da Assembleia Nacional Popular com o objectivo exclusivo de proclamar o Estado Soberano da Guiné-Bissau, eleger o seu Executivo e aprovar a primeira Constituição da nossa História.

Importa-nos evocar, sobre o Congresso de Boé, os seus antecedentes, para se verificar como, de facto, a histórica decisão constituiu o corolário lógico de todo um conjunto de acções, encadeadas numa linha de continuidade orientada e controlada, sem saltos no vazio.

Reportamo-nos a 22-23 de Novembro de 1970, quando os colonistas portugueses não puderam esconder do mundo inteiro o fracasso vergonhoso da sua desesperada agressão a Conakry, com a qual procuraram, ingenuamente, destruir a nossa principal base de apoio no exterior.

Outros marcos importantes do processo que conduziu ao Congresso de Boé, e daí à declaração do nosso Estado Independente, verificaram-se em 1971.

Citamos, como exemplos, os primeiros ataques a centros urbanos (Bissau a 9 e 10 de Junho, e Bafatá a 16), a reunião do Conselho Superior de Luta de 9 a 16 de Agosto (donde saiu o reforço do trabalho político e a consolidação das estruturas partidárias), e a criação, a 12 de Novembro desse ano, da Assembleia Nacional Popular, com 120 membros, oitenta dos quais

«QUALQUER QUE SAIA DA LINHA DO PARTIDO, QUE ABUSE DA AUTORIDADE DO PARTIDO, QUE RECUSE OBEDECER AS ORDENS DO PARTIDO, DAS DUAS UMA: OU ELE VENCE OU ENTÃO LIQUIDAMO-LO DE CERTEZA, PORQUE BUSCAMOS O INTERESSE DO NOSSO POVO, NÃO BUSCAMOS O INTERESSE DA BARRIGA DE NENHUM DE NÓS».

(AMÍLCAR CABRAL, NO SEMINÁRIO DE QUADROS DE 1969).

eleitos directamente pelo povo em todas as regiões do país.

A Missão Especial da ONU que, de 2 a 8 de

por parte do Conselho de Segurança da ONU, do colonialismo português, e a exigência de que o governo fascista

um dos seus mais hediondos crimes, perante o horror do mundo e a dor e o luto do nosso povo e de toda a África: a 20 de Janeiro de 1973 o Militante N.º 1 do nosso Partido era assassinado em Conakry.

A ideia dos criminosos, de que teriam desferido um golpe decisivo na Luta de Libertação falhou redondamente. E menos de um mês depois, a Direcção Nacional do PAIGC lançava a palavra de ordem da «Acção Generalizada», em que se inscreveram a «Operação Amílcar Cabral» no sul, que culminou na tomada de Guiledje, e a operação «Nô Pintcha» no Norte, com a destruição de diversos aquartelamentos do inimigo, além de ter provocado baixas incontáveis.

O avanço da luta era imparável. As tropas colonialistas remetiam-se, cada vez mais impotentes, aos campos fortificados, as zonas sob seu controle reduziam-se espectacularmente.

O Exército colonial português era, cada vez mais claramente uma força de ocupação em país estrangeiro.

Estavam criadas as condições para o Congresso do Boé. A declaração do Estado soberano da Guiné-Bissau era irreversível.

E o III Congresso já se realizaria em Bissau, em tempo de Independência Completa.



Cabral: O Militante n.º 1 está presente!

Abril de 1972, percorreu as zonas libertadas constituiu outro passo decisivo, porque possibilitou a condenação, absolutamente fundamentada,

de Lisboa retirasse as suas tropas de terras da Guiné.

Os colonialistas, em pleno desespero de causa, cometeram então

Desporto

NACIONAL DE FUTEBOL

Ajuda Sport, 1 — Sporting de Bissau, 1

O Ajuda Sport-Sporting de Bissau empataram a uma bola ontem à tarde, no estádio Lino Correia, num encontro de futebol referente à segunda jornada do campeonato nacional.

Os restantes encontros desta jornada serão disputados hoje nos diferentes campos do país, com a excepção da partida entre as formações de Estrela Negra de Bissau e do Desportivo

de Gabú, a realizar amanhã à tarde.

Os encontros de hoje à tarde: Ténis-UDIB, Quinara-Bula, Bilantas-Bissorã, Estrela Negra de Bolama-Tombali, Cantchungo-Bafatá e Farim-Benfica.

Entretanto, o jogo da primeira jornada entre a UDIB e Cantchungo adiado para a passada quarta-feira teve como equipa vitoriosa a formação udibista, com o resultado tangencial de uma bola a zero.

TÊNIS: SAUDAÇÃO AO CONGRESSO

A Escola de lawn-Ténis leva a efeito um tor-

neio em saudação ao Congresso Extraordinário do PAIGC, nas classes feminina e masculina. Na classe (masculina) só entrarão em competição as categorias de iniciados e seniores.

As partidas femininas já tiveram início com os seguintes resultados: Nancy Voss venceu Lisdália Funy por 6/0 e Carmen eliminou Arlete por 6/4 e, neste fim de semana, jogaram Nancy-Zinha e Lígia Garcia contra Elsa Marques. Entretanto, as categorias de iniciados e seniores dão as primeiras raquetadas hoje.

Próxima edição: O III Congresso

Auxílio islâmico ao Sahel

Dez países do Sahel, entre os quais a Guiné-Bissau vão receber uma ajuda de 210 milhões de dólares, concedidos pelo Comité de Solidariedade Islâmica, anunciou a Organização da Conferência Islâmica, que reuniu-se recentemente em Jeddá, na Arábia Saudita.

Esta ajuda é composta por um auxílio alimentar de urgência no valor de 48 milhões de dólares e dum outro destinado a projectos de desenvolvimento rural mais urgentes de 162 milhões de dólares. O comité previu uma indemnização especial de transporte para a ajuda alimentar.

Os países do Sahel, vítimas da seca, que beneficiam desta ajuda são o Tchad, Mali, Senegal, Níger, Alto-Volta, Cabo Verde, Mauritânia, Guiné-Conakry, Guiné-Bissau e Gâmbia. A ajuda foi fornecida pela Arábia Saudita, Koweit, Emirados Árabes Unidos e o Iraque.

O Comité de Solidariedade Islâmica foi criado no início deste ano durante a terceira cimeira islâmica, realizada em Taef. Ao encerrar os seus trabalhos, o secretário-geral da Organização da Conferência Islâmica, o tunisino Habib Chatfi, sublinhou que os seus resultados «provaram que o conceito de solidariedade islâmica não é um simples slogan, mas que tem um conteúdo concreto».

Tchad: Retirada das tropas líbias

A presença líbia no Tchad, que permitiu a instauração de um clima de paz — precária é certo — neste país da África central, terminará dentro de duas semanas.

Por ordem do coronel Kaddafi, líder da revolução líbia, e a pedido do presidente tchadiano Goukouni Weddeye, as tropas líbias começaram a ser evacuadas de N'Djamena e do este do Tchad desde terça-feira.

Segundo o chefe de estado-maior do Exército Nacional Tchadiano, coronel Ngolobaye Allafi, as cidades de Guereda, Adre e Iriba, situadas ao longo da fronteira com o Sudão, foram evacuadas em homens e materiais em menos de 48 horas.

É a partir da fronteira do Sudão que o grupo rebelde de Hissene Habré persistia em destabilizar o governo de N'Djamena. No entanto, a agência sudanesa de Informação indicou que Habré ordenou na quarta-feira o cessar-fogo às suas forças.

Com a retirada das tropas líbias há hipóteses de eliminação de um dos pontos de desacordo entre as diversas tendências político-militares do Tchad, assim como de reforço do prestígio do presidente Goukouni Weddeye.

Em Paris, onde terminou na quarta-feira a conferência dos chefes de Estado de França e de África, os participantes lançaram um apelo à comunidade internacional a favor de uma ajuda ao Tchad.

FRANÇA-ÁFRICA

Por outro lado, a conferência de Paris propôs à comunidade internacional que progressos rápidos

sejam realizados no domínio da estabilização dos custos de matérias-primas. Uma resolução adoptada pelos 33 chefes de Estado e de delegações presentes na capital francesa preconiza um programa para acabar com as flutuações dos preços das matérias-primas dos países do Terceiro Mundo.

A imprensa argelina, nomeadamente o diário «El Moudjahid», sublinharam «o estilo novo» da cimeira franco-africana, considerando que ela poderá constituir um teste da política de mudança que pretende aplicar o governo francês no plano internacional.

O «El Moudjahid» notou o desaparecimento do «leitmotiv da francofonia», que dominava este género de encontro (franco-africana), assim como a «noção de negócio» que traduziu-se durante muito tempo «por um comportamento desdenhoso ou por vezes de ingerências directas nos assuntos internos dos países africanos».

O jornal argelino sublinhou que se já passou o tempo da política «dos Jagua ou dos paras», as declarações oficiais francesas dão a entender desde Maio último que a concepção é outra.

Salientando por outro lado a presença do Egito e do Marrocos nesta cimeira franco-africana, o «El Moudjahid» indicou que estes dois países «estão directamente implicados em dois assuntos cuja gravidade não é segredo para as autoridades francesas», que são a crise do Médio-Oriente e a descolonização do Sahara Ocidental.

Tunísia: Oposição contesta as eleições

Mohamed Harmel, secretário-geral do Partido Comunista tunisino (PCT), denunciou os resultados oficiais das eleições legislativas tunisinas, qualificando-os de «escandalosos e desvirtuados».

«Responsabilizamos o governo e o poder por estas irregularidades enormes, declarou o dirigente do PCT, acrescentando que «os resultados anunciados oficialmente constituem uma verdadeira afronta para os eleitores e os tunisinos em geral que foram ridiculizados, sentindo-se frustrados e indignados».

Estas eleições legislativas, em que pela primeira vez participaram três partidos da oposição, não trouxe uma «real mudança», já que o Partido Socialista Desturiano (PSD), do presidente Habib Bourguiba,

obteve (segundo os resultados oficiais) todos os lugares no futuro parlamento, em coligação com a central sindical União dos Trabalhadores tunisinos (UGTT).

A maioria dos 136 deputados pertencem ao PSD, com excepção de 27 sindicalistas, entre os quais oito membros do bureau político do U.G.T.T. A central sindical tunisina terá assim pela primeira vez um «grupo parlamentar» que a representará e «defenderá os interesses dos trabalhadores», condição colocada pela UGTT para a sua participação na «Frente Nacional» com o PSD.

Por seu lado, os partidos da oposição registaram uma derrota total, não conseguindo mesmo atingir o limite dos cinquenta por cento dos sufrágios necessários ao seu

reconhecimento oficial como partidos políticos.

No entanto, o ministro tunisino do Interior, Driss Guiga, considerou

que esta fraca percentagem realizada pela oposição não prejudica de modo nenhum o seu reconhecimento oficial.

Manifestações anti-sionistas na Cisjordânia

O povo palestino dos territórios ocupados da Cisjordânia tem vindo a manifestar-se violentamente nos últimos dias contra as tentativas do regime sionista de Israel de perpetuar a sua presença, disfarçada com a instalação oficial de uma administração civil, que no entanto continua em poder israelita.

Em Ramalah, as viaturas foram atacadas a pedrada. Quase no mesmo instante, um incidente semelhante teve lu-

gar nos arredores de Hebron e de Kal-koul, no Sul da Cisjordânia, visando desta vez carros militares e dois autocarros.

Paralelamente, persiste uma viva tensão no meio estudantil palestino dos territórios ocupados. Na terça-feira em Ramalah os estudantes boicotaram as aulas, enquanto se desenrolavam manifestações de rua perto de El-Bireh, na universidade de Birzeit perto de Hebron e na de Bethlehem.

Antígua — Novo Estado independente nas Caraíbas

Disparos de armas e multidões em festa saudaram no domingo passado o nascimento da mais jovem nação do Mundo — Antígua e Barbuda — cuja independência é celebrada após 349 anos de controlo britânico.

A figura do Primeiro-Ministro Vere Corowall Bird, de 71 anos, partilhou os projectores com a princesa Margarida da Grã-Bretanha, que representou sua irmã, a rainha Isabel II,

nas celebrações, presenciadas por cerca de 25 mil pessoas.

O pequeno Estado, composto pelas ilhas de Antígua, Barbuda e Redonda (esta desabitada), cobre apenas 440 quilómetros quadrados e governa-se a si própria desde 1967, embora a Grã-Bretanha tenha até agora mantido a responsabilidade pela defesa e política externa.

Praticamente todos os 75 mil habitantes do Estado caribenho

vivem em Antígua. Na sua maioria são descendentes de escravos africanos, mas uma pequena minoria é de origem britânica, portuguesa, libanesa e síria. A capital do país é St. John, na ilha de Antígua.

A mensagem da rainha britânica dizia que lhe era caro felicitar o povo de Antígua e Barbuda «como vossa rainha e como líder da comunidade britânica».

GUERRILHA

LONDRES — A revista «New African», publicada na capital inglesa, afirmou que se assiste a um reforço da luta de libertação contra o regime da África do Sul. Divulgando vitórias dos patriotas sul-africanos, o «New African» indicou que entre 30 de Novembro de 1976 e 22 de Janeiro de 1980, os combatentes da liberdade realizaram 50 operações militares bastante ousadas no território sul-africano. Declarou também que a partir de 1980 até hoje, efectuaram novos ataques contra diferentes estruturas. Os mais palpáveis entre eles foram três ataques contra três refinarias de importância vital.

LINGUÍSTICA

ABIDJAN — A Universidade de Abidjan dará brevemente aulas da língua dioula, baulé e beté, às quais se acrescentará a partir de 1982 a língua senufo. Estas quatro línguas nacionais constituem os grandes grupos linguísticos reconhecidos na Costa do Marfim.

ELEIÇÃO NO MÉXICO

MÉXICO — O Partido Comunista Mexicano (P.C.M.) decidiu dissolver-se, depois de 61 anos de participação na vida política do México. Esta autodissolução foi decidida no decurso do 20.º congresso do PCM, com a condição de que o partido integre uma nova organização política, com outras formações da esquerda mexicana que lhe são próximas.

ECONOMIA GREGA

ATENAS — O Primeiro-Ministro socialista grego, Andreas Papan-dreou, disse que a política do seu governo será orientada para o reforço da moeda nacional, da descentralização da vida económica e para o desenvolvimento do sector público.

Começou esta manhã em Bissau O 1.º Congresso Extraordinário do PAIGC

O I Congresso Extraordinário do PAIGC começou hoje de manhã no Salão do III Congresso, em Bissau, com a participação de 301 delegados e perante cerca de uma centena de convidados, entre os quadros do Partido e de três dezenas de jornalistas que farão a cobertura deste acontecimento de transcendente importância para a vida do nosso povo.

Esta manhã, antes de apresentação do CNG pelo camarada Comandante de Brigada João Bernardo Vieira, foi eleita a presidência do Congresso, e as comissões de Mandatos e da Redacção e o Secretariado.

O Congresso Extraordinário do nosso glorioso Partido foi convocado com o objectivo de reactivar as estruturas do Partido que se encontravam bloqueadas no regime anterior por um grupo de dirigentes, para pôr termo às consequências da direcção autocrática de Luiz Cabral, pondo também cobro aos desvios à linha do Partido no plano político, económico, social e

sócio-cultural, visando fundamentalmente repor a justiça social e seguir a linha política preconizada por Amílcar Cabral.

do PAIGC agiu de uma forma precipitada e com uma ingenuidade política imperdoável. Começando pelo então Secretário-Geral do

seu Partido — o P.A. I.G.C., o único que lutou pela sua libertação total, e construir uma sociedade liberta de Exploração de Homem pe-

cheu, 15; Bolama, 16; Biombo, 12; Tombali, 24; Quinara, 20; FARP, 37; Ministério do Interior, 3; Sector Autónomo de Bissau, 36; e 14

mento — Unidade Nacional — Justiça Social — eis o lema sob o qual estes 301 militantes de vanguarda se reúnem em Bissau. Trata-se, sem dúvida, de «reajustar» o Partido, retomar a linha política traçada pelo nosso inesquecível líder, rearmá-lo das estruturas e dos princípios necessários à concretização da «Unidade Nacional» e à instauração, de uma vez por todas, da «Justiça Social».

Por esses princípios deram a sua vida Pansau, Osvaldo, Titina, Domingos Ramos, Vitorino, e muitos outros, e muitos heróis obscuros, que regaram com o seu sangue o chão de Como, de Morés, do Boé, enfim, o chão da Guiné-Bissau.

Pelo chão da Guiné-Bissau morreu Amílcar Cabral.

Mas Cabral está vivo no coração dos militantes, e no coração do Povo de cuja libertação foi obreiro principal.

Cabral está vivo. O 14 de Novembro provou-o. O I Congresso Extraordinário do PAIGC vai confirmá-lo.

Um Congresso de homens novos rumo à Sociedade Nova

A Presidência do I Congresso Extraordinário do PAIGC, proposta pela Comissão Preparatória e aprovada por unanimidade e aclamação, é constituída pelos camaradas Nino Vieira, Victor Saú-de Maria, Paulo Correia, Tiago Aleluia Lopes, Iafai Camará, Vasco Cabral e Samba Lamine Mané.

Como já é de conhecimento público, são 301 os delegados presentes no «Salão do III Congresso». A título de curiosidade, e também porque é significativo de que permanecem absolutamente abertos os caminhos para a Sociedade Nova teorizada por Cabral, acrescentamos que, destes 54,14 por cento são camponeses e 24,30 por cento operários. A participação das mulheres também é apreciável: 14,65 por cento. E a idade média é de 39 anos.

Antes de 14 de Novembro, a direcção do Partido foi assaltada e dominada por um grupinho de dirigentes à cabeça dos quais estava Luiz Cabral, criando no seio de militantes e responsáveis relações de desconfiança, praticando perseguições políticas e o isolamento de alguns militantes, mesmo Combatentes de Liberdade da Pátria.

Após o 14 de Novembro, a ala caboverdiana

PAIGC, Aristides Pereira, que procurou logo sufocar o Movimento Reajustador do 14 de Novembro enviando mensagens a vários Chefes de Estados, pedindo a nossa condenação, sem termos feito nenhum crime. De facto, apenas agimos contra as injustiças e as irresponsabilidades de Luiz Cabral.

O nosso povo decidiu, depois destes acontecimentos, continuar com

lo Homem. A manutenção da sigla do PAIGC é um imperativo histórico. Também sabemos que o nosso Partido foi fundado em Bissau por um punhado de guineenses e caboverdianos liderados por Amílcar Cabral. «O PAIGC foi e continuará a ser o nosso guia».

Os delegados ao I Congresso Extraordinário foram eleitos do seguinte modo: Gabú, 14; Bafatá, 17; Oio, 21; Ca-

delegados foram designados pela Comissão Técnica do Congresso. Os restantes são dirigentes do Partido, que têm pleno direito de participar nesta reunião magna.

Referimos, com destaque, nesta mesma página, a composição social e etária dos delegados ao Congresso, que consideramos significativa do tempo novo que se vive na nossa Pátria.

Em suma, «Reajusta-

A cidade e o Congresso

Não fora em vão que se considerara Bissau como uma das cidades mais limpas da África, nem fora em vão que se resolvera embelezar as ruas de Bissau: chegara o I Congresso Extraordinário do P.A. I.G.C. com novas resoluções e reajustamentos, e assim, também a cidade de Bissau mudara de rosto.

Ao longo da Avenida Amílcar Cabral já se elevam os postes pintados de branco e ornamentados de bandeiras, as árvores a serem cortadas, os passeios a serem limpos, tudo num colorido que se reflecte no sorriso alegre do povo guineense.

Em frente ao palácio, rodeando, o jardim, figuram os quadros com os retratos de alguns dos nossos grandes heróis nacionais: Amílcar Cabral, Titina Sila, Do-

mingos Ramos, Pansau Na Isna, Osvaldo Vieira, Corona e Vitorino Costa... e o som da música da Radiodifusão Nacional ecoando por todo o lado.

O Salão onde se realiza o Congresso, e toda a zona vizinha, foi ornamentado com flores e plantas, e a própria sala do Congresso não foge à excepção: o bar já funciona, o palco foi reparado, o passeio completamente calcetado e diversos quadros foram instalados para uma exposição.

Os alunos de todas as escolas e liceus trabalharam intensivamente para melhorar o aspecto de toda essa zona que abrange o lugar onde se realiza o Congresso, que foi isolada única e exclusivamente para esse efeito.



O camarada comandante de Brigada João Bernardo Vieira (Nino) lendo o Relatório do CNG ao I Congresso do PAIGC

FICHA TÉCNICA — JORNAL «NÔ PINTCHA»; AV. DO BRASIL, C. P. 154 — BISSAU

António Soares (Director em exercício); João Quintino (Chefe de Redacção em exercício)

Redacção: Arlette Adília; António Tavares, Baltazar Bebian, Barnabé Gomes, Carolina Fonseca, Fernando Jorge, Fernando Perdigo, João Fernandes, José Flecha, Pedro Albino, Pedro Quadé, Raimundo Pereira, Teresa Ribeiro. Maquetagem — Cândido Camará. Fotografia: Agostinho Sá, Casimiro Cá, José Tchuda, Manuel da Costa, Mário Gomes, Pedro Fernandes. Secretaria da Redacção: Eurídice Gama, Idel Miranda, Ivete Monteiro.